



PROJETO DETALHADO DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Processo nº 2020/1485

Credenciamento nº 001/2021

***OBJETO:** CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, para fornecimento de solução de pagamentos de custas judiciais iniciais e finais de forma parcelada, regido pelo art. 25, caput, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual nº 68.119, de 31 de outubro de 2019, Ato Normativo nº 48, de 12 de agosto de 2019, Resolução 001/2021 do TJAL.*

A empresa **PARCELAMOS TUDO PONTO COM SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS LTDA.** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.063.350/0001-44, neste ato representada por seu sócio administrador, Pedro Marrey Sanchez, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG n. 19523668 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 117.210.718-14, com endereço comercial na Rua Iguatemi, 354 – CJ.12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 01451-011, vem apresentar a Projeto detalhado da Solução Tecnológica nos termos que seguem.

I – Da Solução Tecnológica



O presente Projeto será a título gratuito, não implicando compromissos nem obrigações financeiras ou transferência de recursos entre os partícipes, bem como não gera direito, de uma parte à outra, a indenizações, contraprestações pecuniárias, ressarcimentos e/ou reembolsos.

A solução tecnológica para operar o serviço em questão, de forma detalhada (capacidade de operação, formas e canais de atendimento, suporte, serviço de atendimento ao cliente, comunicação com base de dados, segurança de informação, entre outros), leva em consideração os seguintes aspectos e disposições.

Conforme documentos que segue junto à habilitação, a proponente estabelece, com a PAGSEGURO INTERNET S.A, vínculo com instituição Credenciadora de Pagamento, ou seja, instituição supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, estando apta a processar pagamentos, inclusive parcelados, mediante uso de cartões de crédito e débito normalmente aceitos no mercado.

A empresa proponente está cumprindo as regras determinadas por bandeiras de cartões, mediante instrumento de contrato de participação nos arranjos de pagamento, firmado com bandeiras de cartão de crédito, cuja fatia de mercado represente a maior parte dos negócios com cartões no país.

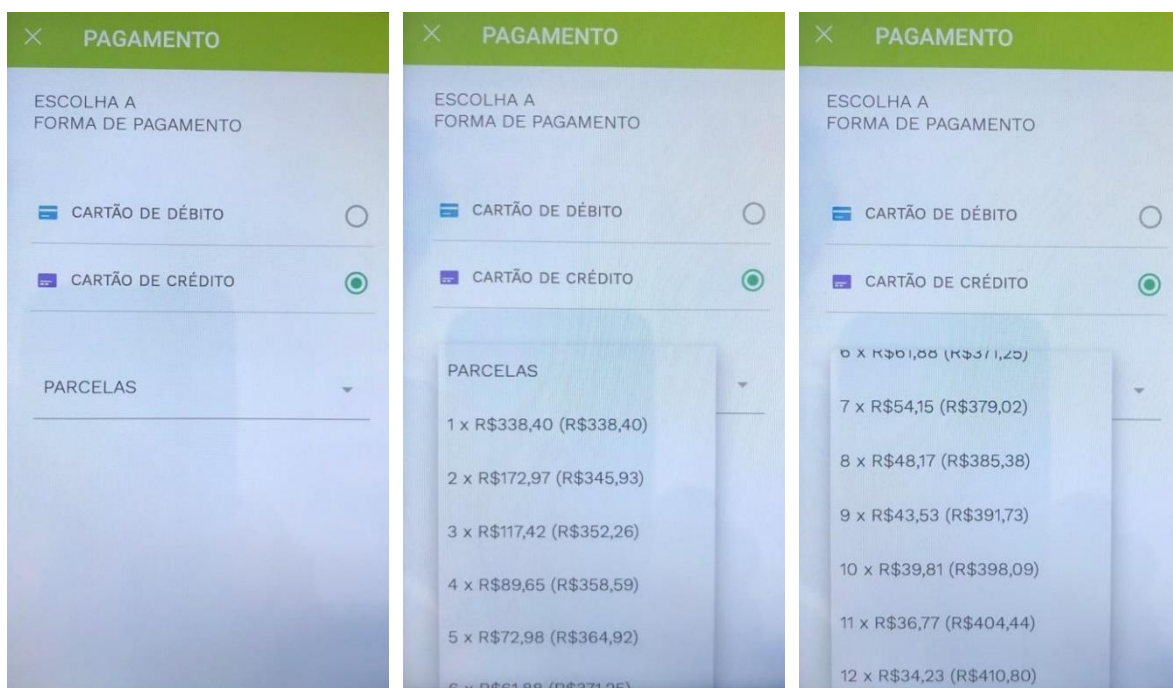
Os encargos e eventuais diferenças de valores a serem cobrados por conta do parcelamento via cartão de crédito ficam a cargo do **titular do cartão** que aderir a essa modalidade de pagamento.

Ao se dirigir ao guichê de atendimento ou totem de autoatendimento, a empresa proponente tem dever de oferecer o serviço de parcelamento de tributos, na forma do edital, assim como todos os seus custos envolvidos, os quais são pagos pelo usuário de tal facilidade, pois, trata-se de tributos e ou demais taxas e serviços de um ente público o mesmo não pode assumir o impacto da operação com pena de

renúncia de receita. Tal operação em sua legalidade conforme Lei 13.455/2017, na qual permite a diferenciação de valores nas modalidades de operação em Cartão de Crédito.

Importante ressaltar que a proponente tem obrigação de pagar integralmente os débitos devidos na conta corrente que mantém na instituição arrecadadora *instantaneamente*, utilizando-se do processo de arrecadação de impostos e taxas para os órgãos fazendários.

Após o início do atendimento, é apresentado modalidades de pagamento, assim como o custo financeiro que teria nesta operação de parcelamento, possibilitando ao contribuinte a possibilidade de visualizar o valor e em quantas parcelas deseja pagar e o valor total ao contratar o parcelamento, conforme imagem do sistema abaixo:



Ou seja, conforme ilustrado na imagem acima, o contribuinte não



somente tem conhecimento do valor final que ele pagaria ao efetuar o parcelamento, como também tem total conhecimento sobre a diferenciação do valor do boleto original e o valor total que iria pagar ao contratar o serviço de parcelamento junto a proponente.

O parcelamento poderá englobar um ou mais débitos do usuário dos serviços, bem como a possibilidade de os usuários realizarem o pagamento de seus débitos com mais de um cartão de crédito, podendo ser cartão de crédito do próprio titular ou de terceiros, pessoa física e jurídica.

A empresa proponente irá disponibilizar relatórios **online** contendo o montante arrecadado de forma discriminada, para fins de controle da Prefeitura.

Em suma, a proponente titular do sistema informático de gestão de pagamentos, em parceria e por meio das empresas credenciadoras (adquirentes) homologadas pelo Banco Central do Brasil, disponibiliza meios através dos quais os contribuintes podem contratar parcelamento de multas, impostos e outros débitos, cuja operacionalização se dá presencialmente por meio de equipamentos para leitura de cartões (POS), instalados em postos de atendimento ou em totens de autoatendimento (ATM), que possibilitam a realização das transações.

Os equipamentos poderão ser integrados ao sistema do Licitante por meio do webservice ou API, devendo o operador ou o próprio usuário digitar os dados básicos para obter a discriminação dos débitos e o total a ser pago conforme a quantidade de parcelas mensais disponibilizadas pela proponente (de 1 a 12 vezes), podendo em seguida:

a) - Escolher e indicar qual número e valor de parcela que melhor se enquadre em seu orçamento mensal.



b) - Informar o número de seu celular para posteriormente receber, via SMS ou e-mail, os comprovantes definitivos do pagamento.

c) - Concretizar o pagamento, inserindo o cartão e digitando a respectiva senha no leitor de cartão.

d) - A alternativa estará disponível tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, desde que munidos de cartão de crédito com chip e senha. Não serão aceitos cartões desprovidos de chip.

e) - Não existe obrigatoriedade de que o usuário seja o titular do cartão de crédito, uma vez que o uso da senha, que é pessoal e intransferível, garante a integridade da operação.

f) - Aprovada a transação (ou transações) com cartão de crédito, a proponente, disponibilizará ao usuário um comprovante provisório de quitação, listando individualmente os débitos pagos, o qual poderá ser impresso em equipamento conectado no computadores local ou no totem de autoatendimento.

g) - Em seguida, a proponente pagará integralmente os débitos devidos na conta corrente que mantém na instituição arrecadadora, utilizando-se das rotinas habituais do processo de arrecadação de impostos e taxas para os órgãos do Estado.

h) - Em um tempo estimado em cerca de 30 (trinta) a 60 (sessenta) minutos, os comprovantes definitivos da quitação serão disponibilizados por meio de mensagem eletrônica no telefone celular informado ou via e-mail.

i) - O serviço estará disponível durante o horário de funcionamento dos postos de atendimento onde estiver instalado ou a qualquer hora nos totens de autoatendimento. O prazo citado no item anterior, para disponibilização dos comprovantes definitivos da quitação, valerá apenas nos dias em que houver



expediente bancário, e no período de 10 horas a 17 horas. A quitação definitiva de transações realizadas após esse horário será concretizada apenas na manhã do dia útil posterior.

A proponente poderá enviar as informações e consultas a débitos via sistema informatizado e integrado com os sistemas da PREFEITURA, por meio de sistema integrado, via WebService ou API.

A proponente, a fim de cumprir o objeto do Credenciamento poderá exercer as suas atividades da seguinte forma:

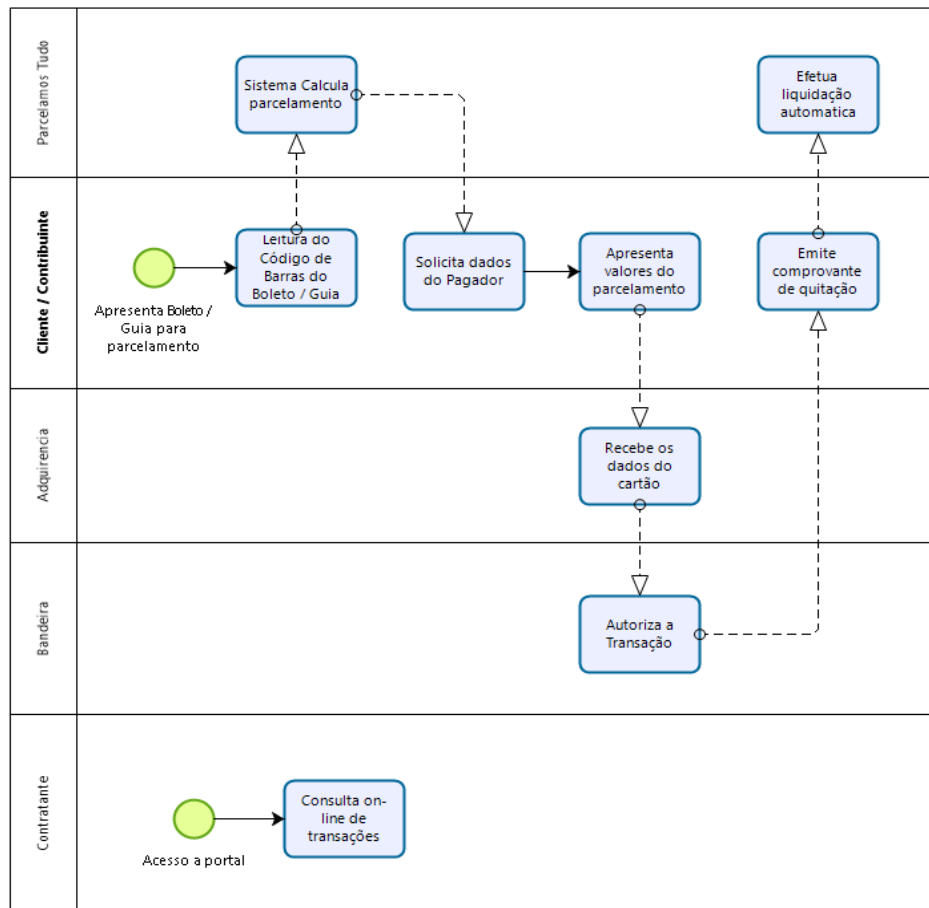
a) Pelo site na internet, ou dentro do ambiente em que ocorre o atendimento ao público por meio de balcão, totem de atendimento (ATM) e pelo site na internet, observando as condições pré-definidas de melhor aplicabilidade pelo órgão.

b) O repasse financeiro ao credor, do valor integral recebido por meio do cartão de crédito ou débito relacionado a débitos pagos, será feito pela proponente, no prazo habitual do processo de arrecadação de impostos e taxas para os órgãos do Estado, a contar da data em que o banco emissor do cartão/bandeira realizar a autorização da transação.

Para fins de cumprimento da apresentação do projeto técnico, segue apresentação de forma pormenorizada como se dará o fluxo de dados, informações e autorizações entre usuário, banco emissor, bandeira de cartão e o credor, bem como o papel de cada um no processo, e ainda as responsabilidades de cada um dos envolvidos na esteira de produção, em que se processam os pagamentos;

Por fim, ainda em fase de credenciamento a proponente irá homologar, junto ao órgão Público, o sistema de pagamento por meio de cartão de crédito ou

débito, quando serão avaliadas as questões técnicas já constantes desse Termo de referência e ainda as seguintes funcionalidades e especificações do sistema:



Através da equipe técnica da proponente, manteremos serviços de suporte técnico especializado, canal direto de comunicação com os usuários, com monitoramento remoto dos registros de pagamentos realizados, com trilha de auditoria e solução automática de antifraude (Auditoria PCI certificadora), devendo, ainda, disponibilizar ao órgão relatório circunstanciado sobre eventos considerados inaceitáveis.

Em tempo, declaramos, também, que a proponente está apta a processar pagamentos, inclusive parcelados, mediante uso de cartões de crédito e débito normalmente aceitos no mercado, sem restrição de bandeiras, apresentando também



ao interessado os planos de pagamento dos débitos em aberto, possibilitando ao titular do cartão conhecer previamente os custos adicionais de cada forma de pagamento e decidir pela opção que melhor atenda às suas necessidades.

São Paulo, 9 de outubro de 2021.

PARCELAMOS TUDO PONTO COM SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS

Pedro Marrey Sanchez

Sócio Administrador